

A potência da educação na transcendência da autoalienação capitalista

DOI [10.29327/235555.1.2-2](https://doi.org/10.29327/235555.1.2-2)

Sheila Nunes Pereira¹

Neusa Maria Dal Ri²

RESUMO

Esse artigo tem como principal objetivo a análise da potência da educação na transcendência da autoalienação capitalista. Partimos da hipótese que a educação tem a potência de interferir qualitativamente no movimento contraditório do sistema do capital, pois carrega em si uma dupla possibilidade. Ela pode tanto contribuir para o desenvolvimento humano, como pode funcionar como um complexo que garante a simples reprodução continuada do capital. Trata-se de uma investigação de caráter teórico-bibliográfico. Nossa linha de pensamento é conduzida, fundamentalmente, pela categoria alienação, com contribuições de filósofos marxistas, como István Mészáros e György Lukács, os quais nos proporcionam relacionar a abordagem ontológica da alienação com a abordagem ontológica da educação percebendo-as na totalidade do ser social. Concluímos que a educação cumpre uma função importante na reprodução do sociometabolismo do capital, e possui contradições que podem ser potenciadas em direção a transcendência da autoalienação, mas de modo algum pode tornar-se potência se ausente a compreensão da lógica do capital.

Palavras-chave: Autoalienação. Educação. Transcendência.

Introdução

Numa conjuntura econômico-política, permeada por desânimos, apatias e pessimismos, mais do que nunca se faz necessário o diálogo com a crítica marxiana da alienação³. Compreender a natureza e o desenvolvimento histórico da categoria alienação é uma urgência histórica para a classe trabalhadora, que suporta a potência negativa em todas as suas dimensões relacionais.

A essência acumulativa do capital, que em seu desenvolvimento histórico ascendente produziu um significativo aumento das forças produtivas, produziu, também, em seu desenvolvimento histórico

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Marília/SP. E-mail: sheila.pereira@unesp.br

² Professora Adjunta livre-docente III da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília. E-mail: neusamdr@terra.com.br

³ De acordo com Mészáros (2006), o conceito de alienação de Marx apresenta quatro aspectos: o homem está alienado da natureza; de si mesmo; de seu ser genérico (como membro da espécie humana) e dos outros homens.

descendente, forças destrutivas necessárias à sua existência. Aliada a essa essência, a ausência de um controle consciente centrado na finalidade humana coloca em perigo a própria existência humana.

Os antagonismos estruturais do capital, segundo Mészáros (2006), não são uma mera fatalidade da natureza, mas uma forma de autoalienação que resulta de um determinado desenvolvimento histórico e, portanto, pode ser positivamente revertida por uma intervenção consciente no processo histórico com o objetivo de transcender a autoalienação do trabalho.

A transcendência da autoalienação do trabalho representa o núcleo estruturante do sistema marxiano, e devido ao caráter global da crise estrutural ela requer uma urgência histórica globalizante. A característica “[...] da crise socioeconômica do nosso tempo exige remédios globais: isto é, a ‘transcendência positiva da auto-alienação do trabalho’ em toda a sua multifacetada complexidade condicionante” (MÉSZÁROS, 2006, p. 13).

O enfrentamento ao poder do capital, devido à sua incontornabilidade, representa uma necessidade imediata de resistência. As consequências dessa incontornabilidade já abrangem todos os domínios vitais, com crises econômicas, sociais e ambientais. Os desafios e a urgência histórica estão colocados para que a crítica da alienação em Marx tenha valor de uso para a classe trabalhadora *em si e para si*.

Dessa forma, este texto tem como objetivo principal analisar a potência da educação na transcendência da autoalienação capitalista. Trabalhamos com a hipótese de que essa categoria tem a potência de interferir qualitativamente no movimento contraditório do sistema do capital, pois carrega em si uma dupla possibilidade: pode tanto contribuir para o desenvolvimento humano, quanto pode atuar como mediadora no processo de internalização dos interesses do sistema do capital, garantindo apenas sua reprodução.

Esta investigação tem caráter teórico-bibliográfico. A principal categoria trabalhada é a da alienação, a partir das contribuições de filósofos marxistas, como István Mészáros e György Lukács, cujos escritos nos proporcionam relacionar a abordagem ontológica da alienação à abordagem ontológica da educação, percebendo-as na totalidade do ser social.

Este artigo estrutura-se da seguinte forma. Na primeira seção buscamos compreender a categoria autoalienação mediante a concepção ontológica do ser

social de Lukács e da sistematização de Mészáros da categoria alienação em Marx. Na segunda seção, apreendemos da teoria mezariana a natureza da categoria educação no sistema do capital. E, por último, analisamos a potência da categoria educação na transcendência da autoalienação capitalista.

Autoalienação

Fragmentar o pensamento de Marx é um dos graves problemas encontrados nas interpretações das obras marxianas. Mészáros (2006) constata que, além do problema da fragmentação, há outros dois que interferem em uma compreensão profunda do seu pensamento, que se referem à linguagem e à terminologia, e à complexidade do conceito-chave.

É possível compreender que parte dessas interpretações advém de uma educação centrada na lógica formal, na qual predomina no sociometabolismo do capital, por não se apreender as contradições de um fenômeno, por ser a-histórica, fragmentada, mecânica e, principalmente, por não permitir a existência de uma dupla potencialidade simultânea. Configura-se como uma forma limitada de compreender a realidade, pois pode captar a aparência de um objeto, mas jamais a sua essência, pode captar algumas particularidades, mas jamais os elementos que o determinam, que o constituem enquanto objeto. Neste sentido, o problema da complexidade do conceito-chave apresentado por Mészáros (2006) deve-se em parte a essa limitação lógica, não desprezando, obviamente, os interesses das ciências neutras da ideologia dominante.

Segundo Mészáros (2006), Marx desenvolveu um método de análise que apreende do mundo sensível categorias que se desenvolvem historicamente. Marx as analisa de forma dialética, como uma unidade de contrários. As categorias na concepção marxiana exprimem, formas de modos de ser, determinações de existência, isto é, devem ser apreendidas da vida material em seu desenvolvimento, pois são determinadas pela existência humana em seu *continuum* histórico. A alienação somente adquire sentido real quando apreendida na realidade e analisada em seu desenvolvimento histórico dialeticamente.

O conceito de alienação pertence a uma vasta e complexa problemática, com uma longa história própria. As preocupações com essa problemática [...] refletem tendências objetivas do desenvolvimento europeu, desde a escravidão até a era da transição do capitalismo para o socialismo. As influências intelectuais, revelando continuidades importantes que

perpassam as transformações das estruturas sociais, só adquirem sua significação real se consideradas nesse quadro objetivo de desenvolvimento. [...] essas influências se exercem no sentido dialético da 'continuidade na descontinuidade'. (MÉSZÁROS, 2006, p. 31).

Mészáros (2006) inicia seu percurso teórico pela alienação religiosa esclarecendo o funcionamento da tendência geral da *universalização de uma particularidade*, da contradição principiológica. A contradição da *parcialidade predominando como universalidade*, em oposição à universalidade autêntica, permitiu Marx apreender a problemática da sociabilidade do capital “[...] em toda a sua contraditoriedade e formular o programa de uma transcendência prática da alienação por meio de uma fusão, genuinamente universalizante, do ideal e da realidade, da teoria e da prática”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 386).

Outra característica, observada por Mészáros (2006), é o da vendabilidade universal que converteu tudo em objeto vendável, pois a alienação pressupôs a reificação mediada por uma relação contratual. Tendência que tornou possível a autoalienação humana, pois, assim como o toque de Midas⁴, tudo foi transformado, segundo Marx (2017), em objetos alienáveis, vendáveis, em servos da necessidade e do tráfico egoísta. A venda é a prática da alienação. A reificação resulta dessa característica, pois ela tornou possível a transformação de tudo em mercadoria, da conversão dos seres humanos em coisas, da reificação das relações humanas e da fragmentação do corpo social em indivíduos isolados.

A categoria alienação carrega em si também, como observa Mészáros (2006, p. 40), um caráter eminentemente histórico, pois “[...] se o homem é alienado, ele deve ser alienado com relação a alguma coisa, como resultado de certas causas que se manifestam num contexto histórico”. Para o autor, a questão ontológica fundamental e necessária para se compreender a relação entre “uma consciência da alienação e historicidade da concepção de um filósofo” é a natureza humana, questões como: “o que está de acordo com a ‘natureza humana’?” e “o que constitui uma ‘alienação’ da essência humana?” não podem ser respondidas de forma a-histórica.

⁴Na obra “Metamorfoses” Livro XI, Ovídio (2008) narra a história do Rei Midas, rei da região de Frígia, que encontra Silenio (mestre e amigo de Dionísio) em suas terras e o recebe com hospitalidade e festejos, posteriormente é devolvido com segurança ao seu amigo. Deste feito Dionísio agradece a Midas e lhe reserva o direito de escolher a recompensa que desejasse. Midas então escolhe e pede a Dionísio “tornar ouro tudo que toca”.

Argumenta Mézáros (2006, p. 42) que uma “[...] análise histórica implica um diagnóstico da ‘alienação’ ou ‘reificação’ com o padrão pelo qual toda a questão está sendo avaliada” e se está sendo analisada dentro de um quadro explicativo igualitário. O não reconhecimento da igualdade dos seres humanos nega a história humana e evidencia os limites de compreensão da natureza real da alienação.

A abordagem específica que o filósofo faz do problema da igualdade, as limitações e deficiências particulares de seu conceito de ‘natureza humana’, determinam a intensidade de sua concepção histórica, bem como o caráter de sua visão da natureza real da alienação. (MÉSZÁROS, 2006, p. 43).

Mészáros (2006, p. 44) compreende que o conceito de alienação ganhou significativa importância coincidindo com a “ascensão de uma antropologia filosófica autêntica, historicamente fundamentada” simbolizando uma negação radical “às mistificações da pseudo-antropologia medieval” e propiciou “o centro organizador positivo de uma compreensão dos processos sociais mais dinâmicos”, referindo-se à relação dialética entre a ontologia materialista e a antropologia elaborada por Marx.

[...] a profunda percepção que Marx obteve da verdadeira relação entre antropologia e ontologia é da maior importância [...] só há uma maneira de produzir uma teoria histórica geral e coerente sob todos os aspectos, ou seja, situando positivamente a antropologia num quadro ontológico geral e adequado. (MÉSZÁROS, 2006, p. 45).

Adverte Mézaros (2006, p. 47) que se a ontologia for “[...] colocada sob a antropologia, princípios antropológicos apreendidos unilateralmente, que deviam ser explicados historicamente, tornam-se axiomas autônomos de um dado sistema, e perdem sua historicidade”. Adverte, ainda, que o fator antropológico específico não pode ser percebido, a menos que esteja baseado na totalidade ontológica a que pertence e se desenvolve historicamente. Assim como qualquer princípio semelhante, o princípio antropológico deve ser colocado no interior da estrutura geral de uma ontologia histórica ampla, pois é a única forma de resolver o dilema intrínseco à antropologia historicizada e à história orientada antropológicamente.

No entanto, o essencial para Mézáros (2006, p. 47) é não confundir a “continuidade ontológica com alguma fixidez antropológica imaginária”, pois reduzir a continuidade ontológica relativa a um aspecto aparente da natureza humana torna impossível compreender os reais processos implícitos e, principalmente, se nega qualquer possibilidade de uma transcendência da alienação.

Neste sentido, a posição ontológico-materialista da categoria alienação em Lukács (1979) fornece uma compreensão adequada do fenômeno que se manifesta como categoria do ser social. Para o autor, a alienação não é uma condição humana geral, mas um fenômeno histórico-social cuja constituição funda-se na dimensão das relações histórico-sociais.

Lukács (1979, p. 78) apoia-se em um fundamento ontológico materialista para o qual “[...] a objetividade não é produto do pensamento ponente, mas algo ontologicamente primário, uma propriedade originária de todo ser não dissociável do ser”. A objetividade apreendida como propriedade originária de todo ser possibilita a determinação ontológica da alienação e evidencia os limites da concepção idealista hegeliana. Alicerçado nesse pressuposto, Lukács (1979) analisa a relação entre objetividade e subjetividade evidenciando a prioridade ontológica da objetividade por meio da categoria trabalho.

O trabalho torna-se central na análise, pois, na concepção marxiana, a alienação resulta de uma forma desumanizada por meio da qual o humano se objetiva em oposição a si mesmo. A análise da categoria alienação em Lukács (1979) centrada nessa perspectiva ontológica estabelece uma compreensão, que se distingue das categorias objetivação e reificação.

O ser em geral é uma unidade entre o ser social e o ser natural, compostos pelas esferas inorgânica e orgânica. Para Lukács (1979), tanto o ser social como o ser natural têm em si leis próprias de desenvolvimento, e o primeiro é substancializado pela teleologia, o segundo pela causalidade, ambos edificam a essência do ser, a continuidade na descontinuidade.

Segundo Lukács (1979), o ser social resulta do desenvolvimento histórico do ser, por meio de um salto ontológico. Este salto é formado por dois momentos no *continuum* da processualidade evolutiva da matéria, o momento de ruptura com o ser inorgânico criando o ser orgânico e o momento de ruptura com o ser orgânico gerando o ser social.

A constituição humana enquanto espécie biológica é consequência da evolução natural, mas sua sociabilidade é fruto de sua capacidade de responder, ativa e conscientemente, aos seus carecimentos. O ser humano conseguiu encontrar soluções para seus carecimentos por meio do trabalho, que consequentemente o afastou de suas barreiras naturais e das demais espécies

biológicas. O trabalho por ser teleologicamente orientado exigiu o desenvolvimento da consciência, permitindo que o ser humano realizasse uma prévia-ideação de suas objetivações.

A ação dirigida sobre a realidade para transformá-la segundo um fim previamente idealizado integra dois elementos fundantes: a teleologia e a causalidade.

“[...] a causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma cadeia causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência [...] a teleologia em sua essência, é uma categoria posta: todo o processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins”. (LUKÁCS, 1978, p. 48).

A teleologia para Marx, segundo Lessa (2015), é portadora de duas características importantes: primeiro ela existe idealmente e segundo apesar de ser uma resposta às necessidades da vida cotidiana, não pode realizá-las. E essa incapacidade torna indispensável a objetivação como uma *conditio sine qua non* da existência humana. Mediante atos teleologicamente postos no processo de trabalho, o homem modifica a natureza, transforma a causalidade natural em causalidade posta. Ao objetivar-se no objeto, a teleologia na interação com a objetividade origina algo novo, mas distinto dela. Esse momento no qual a teleologia se objetiva numa causalidade posta é o momento da objetivação.

A objetivação é ação pela qual o sujeito transforma a realidade, marcando na causalidade dada a posição de um fim pré-determinado na mente. Produz a síntese entre teleologia e causalidade articulando objetividade e subjetividade. De acordo com Lessa (2015), objetivar uma teleologia coloca o mundo concreto diretamente em confronto com nossa concepção de mundo. É o início, na relação de causa e efeito, de novas relações de causa e efeito que interagem com as já existentes transformando a natureza do que somos e o mundo que vivemos.

Nesse processo de objetivação, o objeto não se confunde com o sujeito que o produziu. Na objetivação, o pensamento sobre o mundo se confronta com o mundo e se exterioriza produzindo novos conhecimentos e habilidades. A exteriorização é o movimento de retorno que a objetivação produz sobre o sujeito. O movimento, intrínseco à dinâmica do trabalho, ao objetivar a teleologia, o conteúdo da consciência se exterioriza e entra em confronto imediato com o mundo.

A objetivação predomina sobre a exteriorização, mas essa não é redutível à objetivação, pois, como cada indivíduo é uma singularidade, a exteriorização é tão

singular quanto a singularidade de cada indivíduo. Para Lessa (2015), como toda objetivação produz novas necessidades e possibilidades e a exteriorização é portadora delas, o complexo da objetivação e da exteriorização produz uma nova teleologia objetivada. Para que o conhecimento e a habilidade adquiridos em uma objetivação possam ser empregados nas futuras objetivações, é imprescindível que os elementos singulares sejam afastados de seus elementos universais. A generalização do conhecimento é a função social da ciência e da filosofia e, em parte, de complexos valorativos como a moral e a ética.

O complexo objetivação-exteriorização, segundo Lessa (2015), para Marx é um processo de transformação da matéria natural em meios de produção e de subsistência, pelo qual, ao objetivar uma teleologia, não apenas a natureza é transformada, mas também a natureza social humana. Em Lukács (1979), o complexo objetivação-exteriorização constitui-se como uma unidade dialética do ser social, por isso ineliminável da práxis humana-social, relacionando-se com o sujeito e objeto de forma distinta. Enquanto a objetivação opera uma mudança no mundo dos objetos no caminho da socialização e do crescimento das forças produtivas, a exteriorização é o veículo que promove o desenvolvimento dos indivíduos singulares.

A partir dessa relação dialética entre objetivação e exteriorização, passamos a análise da tese lukacsiana da alienação. O fundamento ontológico da alienação localiza-se na contradição entre o desenvolvimento das personalidades humanas (exteriorização) e o desenvolvimento das forças produtivas (objetivação).

O desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente também o desenvolvimento das capacidades humanas, mas – e aqui emerge plasticamente o problema da alienação – o desenvolvimento das capacidades humanas não produz obrigatoriamente aquele da personalidade humana. Ao contrário: justamente potencializando capacidades singulares, pode desfigurar, aviltar etc. a personalidade do homem. (LUKÁCS, 1981, p. 562).

Como existe uma relação de predominância na objetivação que se relaciona diretamente com o desenvolvimento das forças produtivas, sua potenciação e finalidade estão dialeticamente relacionadas *em si* com a objetivação, e *em si e para si* com a exteriorização. Desta forma, em vez de produzir ricas individualidades, a potenciação das forças produtivas pode rebaixar o desenvolvimento humano.

Em determinadas circunstâncias, segundo Lessa (2015), as relações sociais podem se converter em obstáculos ao desenvolvimento da humanidade. As

barreiras constituem uma relação social anti-humana, produzem e reproduzem desumanidades socialmente postas, constituem-se em autoalienações.

A educação no sociometabolismo do capital

Na seção anterior afirmamos que o fundamento ontológico do ser social é o trabalho e que todas as outras dimensões surgem por meio dele, com natureza e funções específicas. Essas dimensões possuem, portanto, uma dependência ontológica e uma autonomia relativa. É desse pressuposto que buscamos compreender a natureza e as funções próprias da educação no sociometabolismo do capital.

Quando o homem transforma a natureza, mediado pelo trabalho, essa relação constitui-se por uma atividade de caráter social que, necessariamente, demanda linguagem e educação. No decorrer do desenvolvimento histórico humano, mais especificamente com o advento da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes, mudanças são produzidas na realidade social. Nela se estabelece a exploração do homem pelo homem, a autoalienação humana e, com ela, todo um complexo de alienações, isto é, de mediações de segunda ordem, que interferem e determinam as relações sociais.

As determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se estiverem em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo. (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

A educação, tanto a informal como a formal, também se transforma de acordo com os interesses hegemônicos dominantes de cada momento histórico. Nessa perspectiva, Mézáros (2008) entende que a educação, sob o domínio do capital, tem como objetivo central assegurar que os indivíduos tomem como suas as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma 'internalizada' [...] ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Na sociedade regida pelo capital, a hegemonia da classe dominante fixa para a educação dois objetivos fundamentais, a formação da força de trabalho e a interiorização de ideias e valores adequados à sua reprodução.

Deste modo, a educação conformou-se às determinações reprodutivas do sistema do capital, substituindo as formas violentas e legalmente impostas como instrumentos de educação por um complexo sistema de internalização por razões econômicas e não por uma questão humanitária, como argumenta Mészáros (2008).

Enquanto a internalização conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano, embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas, posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores, como de fato aconteceu no decurso do desenvolvimento capitalista moderno. (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

O processo de internalização configura-se em um processo complexo que envolve a necessidade, por parte do capital, do controle ativo dos trabalhadores, de uma forma menos onerosa. Trata-se “[...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas ‘adequadas’ e as formas de conduta ‘certas’, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

Enquanto a internalização cumprir seu papel de sustentar os parâmetros reprodutivos do sistema do capital, as formas violentas são abandonadas por um tempo. “Apenas em períodos de crise aguda volta a prevalecer o arsenal de brutalidade e violência, com objetivo de impor valores”, Mészáros (2008, p. 44).

A educação formal é apenas uma parte, sem dúvida importante, do sistema global de internalização, mas não é a principal força ideológica que consolida o sistema do capital. Consequentemente, por si só, não pode fornecer uma alternativa emancipadora, pois seus limites se encontram postos pela lógica sócio-metabólica do capital.

A educação formal deve ser adequada a lógica de reprodução auto expansiva do capital, embora existam possibilidades contraditórias, esta pode não ter funcionalidade se não estiver de acordo com a lei geral do capital. A educação formal é o reflexo de uma totalidade alienada e reificada. Nesta perspectiva, podemos entender que, as relações alienadas e reificadas no mundo do capital, tendem para soluções meramente parciais.

A educação está intrinsecamente ligada aos fundamentos ontológicos do ser social. Buscar ou propor soluções que tentem corrigir ou reformar os defeitos do sistema global, que desprezam suas determinações fundamentais, é no mínimo ingênuo, ou mal intencionado, pois a classe dominante coloca seus interesses particulares acima dos interesses universais humanos.

Segundo Mészáros (2008), a lógica do sistema do capital é irreformável e incorrigível e romper com essa lógica demanda soluções essenciais, que devem abranger a totalidade do sistema de internalização em todas as suas dimensões. Romper com essa lógica na dimensão da educação corresponde a colocar os interesses humanos frente aos interesses dominantes, pois o que está em questão é a própria existência humana.

A potência da educação na transcendência da autoalienação capitalista

Apreendemos na primeira seção que a categoria alienação constitui-se como uma unidade de contrários, portanto, dialética. Assim, a alienação carrega em si o seu contrário. Sua unidade contraditória se manifesta pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento humano.

O desenvolvimento das forças produtivas está intrinsecamente ligado ao processo de objetivação. Nesse processo, o objeto, mesmo sendo produzido pela ação humana, não se confunde com o sujeito que o produz, pois, embora possa ter certa quantidade de subjetividade, o objeto tem legalidade própria. Na relação entre objetividade e subjetividade fica evidenciada a prioridade ontológica da objetividade em relação à subjetividade e, desta maneira, toda a objetivação somente pode criar necessidades e possibilidades objetivas.

O desenvolvimento humano está ligado, na dinâmica interna do trabalho, ao processo de exteriorização. Este possibilita que o sujeito desenvolva novas habilidades e conhecimentos e, que seja, o portador (aquele que carrega em si) de novas necessidades e possibilidades subjetivas. Aqui fica a potência positiva do trabalho como elemento produtor da humanidade.

[...] Não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o Homo faber não pode ser separado do Homo sapiens. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um ‘filósofo’, um artista, um homem com sensibilidade; ele partilha uma concepção de mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e, portanto contribui para manter ou mudar a concepção de mundo, isto é, estimular novas formas de pensamento. (GRAMSCI, 1957, p. 121).

Nesta perspectiva, Gramsci (1957) faz uma análise dialética da atividade humana, pois ela carrega em si, em seu núcleo, uma dupla contradição tanto a possibilidade de manutenção como de mudança simultaneamente. Não obstante, qual é a mais potencializada e em que grau, depende de como as forças em contradição, as classes se confrontam na defesa de seus interesses essenciais.

É importante ressaltar a impossibilidade de mudar uma determinada concepção de mundo somente pela educação, pois na relação social ela se constitui apenas como uma mediação de segunda ordem.

[...] nenhuma manipulação vinda de cima pode transformar o imensamente complexo processo de modelagem da visão geral do mundo de nossos tempos – constituída por incontestáveis concepções particulares na base de interesses hegemônicos alternativos objetivamente irreconciliáveis, independentemente de quanto os indivíduos possam estar conscientes dos antagonismos estruturais subjacentes – num dispositivo homogêneo e uniforme, que funcione como um promotor permanente da lógica do capital. Nem mesmo o aspecto da ‘manutenção’ pode ser considerado um constituinte passivo da concepção de mundo que predomina entre os indivíduos. (MÉSZÁROS, 2008, p. 50-51).

Mészáros (2008) afirma categoricamente que para alterar o *status quo* social é necessária uma intervenção consciente em todos os níveis e domínios da existência social e individual, mas que não pode ser meramente uma questão de negação.

[...] na visão de Marx, todas as formas de negação permanecem condicionadas pelo objeto da sua negação. E, de fato, é pior do que isso. [...] a inércia condicionadora do objeto negado tende a crescer com o passar do tempo, impondo primeiro a busca de ‘uma linha de menor resistência’ e subsequentemente [...] a ‘racionalidade’ de regressar às ‘práticas testadas’ do status quo ante, que certamente sobreviverão nas dimensões não reestruturadas da ordem anterior. (MÉSZÁROS, 2008, p. 60- 61).

É nesse momento que a educação desempenha um papel importante para Mészáros (2008, p. 61), no sentido de “[...] romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à ‘legitimação constitucional democrática’ do Estado capitalista que defende seus próprios interesses”, através de uma *contrainternalização*, com um modo radicalmente distinto de administrar as funções globais de decisão da sociedade.

Nesse sentido, Mészáros (2008) aponta duas tarefas vitais para a classe trabalhadora: reconquistar o controle total do próprio capital; e transformar, de modo progressivo, a consciência em resposta às condições imperiosamente cambiáveis. O autor aponta que o papel de uma educação comprometida com os interesses da

classe trabalhadora, deve ter, como ponto central, estratégias para mudar as condições objetivas de reprodução e estratégias para a automudança consciente.

A alienação de mediações de segunda ordem imposta a todos os seres humanos argumenta Mészáros (2008), é responsável pelo grave e insuperável defeito do sistema do capital, pois sem elas esse não conseguiria sobreviver. As mediações de segunda ordem cumprem a função de submeter os seres humanos aos imperativos fetichistas do sistema do capital.

Para Mészáros (2008), a superação dessa condição está na automeiação, na indissociabilidade do autocontrole e da autorrealização, por meio da liberdade e igualdade substantiva de uma ordem social regulada por produtores livremente associados, e articulada a uma educação para além do capital.

Considerações Finais

Em toda a história humana fomos, somos e seremos os portadores de necessidades e possibilidades objetivas e subjetivas, isto está em nossa gênese, mas é no confronto com elas que uma relação social pode efetivar uma potência, ou não, para o desenvolvimento humano. O que vai determinar que a mediação, seja de primeira ordem (trabalho), ou de segunda ordem (educação), desempenhe um papel alienante é a função social que exerce na reprodução social.

O sistema do capital, hoje, exerce suas funções metabólicas sob o julgo da alienação, mais especificamente, em sua forma particular de alienação, o fetiche da mercadoria (autoalienação). Nessa relação, o humano se objetifica (força de trabalho) e a mercadoria se personifica, torna-se o sujeito (capital) da relação.

Marx, afirma Mészáros (2008), encontrou na raiz de todas as alienações, a alienação do trabalho, a autoalienação que nos domina. No entanto, é no próprio trabalho que está a possibilidade de superá-la, com uma reestruturação radical de nossas condições de existência.

Na perspectiva de Mészáros (2008, p. 67), não pode existir solução pela educação, sem abranger a totalidade do ser social, assim como “não pode haver uma solução efetiva para a autoalienação do trabalho sem que se promova, conscienciosamente, a universalização conjunta do trabalho e da educação”. É por isso que somente na perspectiva de uma educação para além do capital, como uma

alternativa concreta, que poderemos garantir as condições essenciais da existência humana.

A educação é um complexo social importante, e cumpre uma função vital na reprodução do sociometabolismo do capital, mas possui contradições que podem ser potenciadas em direção aos interesses humanos. No entanto, para que a educação possa *vir a ser* potência na transcendência da autoalienação capitalista é necessário primeiro compreendê-la a partir da lógica do capital. As possibilidades e limites da educação são determinados pelo conteúdo social, não o seu contrário.

Referências

GRAMSCI, A. **A formação dos intelectuais**. Londres: Lawrence and Wishart, 1957.

LESSA, Sérgio. **Alienação e estranhamento**. Posfácio in Cadernos de Paris; Manuscritos econômicos- filosóficos. Karl Marx; tradução José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. 1.ed. São Paulo, Expressão Popular, 2015.

LUKÁCS, György. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem** in Temas de Ciências Humanas, Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, São Paulo: 1978.

_____. **Ontologia do ser social: Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OVIDIO. **Metamorfosis**. XI, 50-60. Tradução de Ana P. Veja. 3. ed. Sevilla, 2002-2008.

NOTA: As autoras foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

RECEBIDO:16/04/2022

RECEIVED: 16/04/2022

RECIBIDO: 16/04/2022

APROVADO: 27/06/2022

APPROVED: 27/06/2022

APROBADO: 27/06/2022

The potential of education in the transcendence of capitalist self-alienation

ABSTRACT

This article has as main objective the analysis of the potential of education in the transcendence of capitalist self-alienation. We start from the hypothesis that education has the potential to interfere qualitatively in the contradictory movement of the capital system, because it carries in itself a double possibility. It can both contribute to human development, how it can function as a complex that ensures the simple continuous reproduction of capital. This is a theoretical-bibliographic investigation. Our line of thought is driven, fundamentally, by the alienation category, with contributions from Marxist philosophers, such as István Mészáros and György Lukács, who allow us to relate the ontological approach of alienation with the ontological approach of education, perceiving them in the totality of the social being. We conclude that education plays an important role in the reproduction of the sociometabolism of capital, and has contradictions that can be potentiated towards the transcendence of self-alienation, but in no way can it become potency if the understanding of the logic of capital is absent.

Keywords: Self-alienation. Education. Transcendence.

La potencia de la educación en la trascendencia de la autoalienación capitalista

RESUMEN

El objetivo principal de este artículo es analizar la potencia de la educación en la trascendencia de la autoalienación capitalista. Partimos de la hipótesis de que la educación tiene la potencia de interferir cualitativamente en el movimiento contradictorio del sistema del capital, en tanto conlleva una doble posibilidad. Puede tanto contribuir al desarrollo humano como funcionar como un complejo que garantiza la simple reproducción continua del capital. Esta es una investigación teórico-bibliográfica. Nuestra línea de pensamiento es conducida, fundamentalmente, por la categoría de alienación, con aportes de filósofos marxistas, como István Mészáros y György Lukács, quienes nos permiten relacionar el enfoque ontológico de la alienación con el enfoque ontológico de la educación, percibiéndolos en el totalidad del ser social. Concluimos que la educación juega un papel importante en la reproducción del sociometabolismo del capital, y tiene contradicciones que pueden ser potenciadas hacia la trascendencia de la autoalienación, pero de ninguna manera puede tornarse en potencia si falta la comprensión de la lógica del capital.

Palabras clave: Autoalienación. Educación. Trascendencia.